



RESUMO

Em *A Condição Humana*, publicada em 1958, Hannah Arendt formula uma teoria da ação política baseada em experiências fundamentais da vida humana, tais como: labor, trabalho e ação. Neste contexto, os conceitos de nascimento (natalidade), mundo e pluralidade se entrelaçam como vias que tornam possível a liberdade e formam a base para a política. O presente artigo busca compreender como a pluralidade se apresenta como um elo essencial entre o nascimento e o mundo. Para tanto, elegemos como metodologia a pesquisa bibliográfica. Nossa questão central é: se a natalidade inaugura a capacidade de agir e o mundo é o espaço da ação, de que modo a pluralidade se configura como via para a liberdade? Nosso objetivo é apresentar como os conceitos de natalidade, mundo e pluralidade se conectam a partir do pensamento de Hannah Arendt.

Palavras-chave: Natalidade. Mundo. Pluralidade. Liberdade.

Between birth (natality) and the world: plurality as a path to freedom in Arendt

ABSTRACT

In *The Human Condition*, published in 1958, Hannah Arendt formulates a theory of political action based on fundamental experiences of human life, such as labor, work, and action. In this context, the concepts of birth (natality), world, and plurality intertwine as pathways that make freedom possible. This article seeks to understand how plurality is an essential link between birth and the world. To this end, we chose bibliographic research as our methodology. Our central question is: if natality inaugurates the capacity to act and the world is the space of action, how does plurality constitute a pathway to freedom? We aim to present the interconnected concepts of natality, world, and plurality based on Hannah Arendt's thought.

Keywords: Natality. World. Plurality. Freedom.

Introdução

Hannah Arendt escreveu a obra *A Condição Humana* (1958), após *Origens do Totalitarismo* (1951), e já era uma autora reconhecida no que diz respeito ao tema da política. Na *Condição Humana*, ela aborda outras temáticas, as quais são tratadas por categorias. Dentre elas tem destaque nesse artigo: natalidade, mundo, pluralidade e liberdade. A natalidade traz consigo a possibilidade de inaugurar algo novo, o mundo, por sua vez, enquanto construção humana é o espaço do acolhimento, da pluralidade. A pluralidade não pode ser confundida com a multiplicidade, pois é condição para a ação e para o discurso e a liberdade é a capacidade de agir e iniciar algo novo dentro do espaço público. A liberdade é ação e política.

Fugindo das tradições filosóficas que subordinam a política à filosofia ou à moral, a pensadora propõe uma compreensão da política como atividade especificamente humana, fundada na capacidade de ação e de discurso entre iguais. No centro desta reflexão encontra-se o conceito de pluralidade, que constitui não apenas uma característica empírica da condição humana, mas o próprio fundamento da política e da liberdade.

O presente artigo tem como objetivo central investigar como a pluralidade, em sua articulação com os conceitos de natalidade e mundo, configura-se como via para a experiência da liberdade política no pensamento arendtiano. Pretende-se demonstrar que a pluralidade não representa meramente a diversidade entre os homens, mas constitui a condição que torna possível tanto o espaço público quanto a própria experiência da liberdade como fenômeno mundano.

A relevância desta investigação justifica-se tanto pelo caráter central que o conceito de pluralidade ocupa na arquitetônica do pensamento arendtiano, quanto pelas implicações políticas contemporâneas de sua reflexão. Em um contexto marcado pela crise das instituições democráticas e pelo ressurgimento de movimentos totalitários, a compreensão arendtiana da pluralidade como fundamento da política e condição de liberdade oferece elementos críticos para pensar os desafios da convivência humana no mundo moderno. Quando Arendt aborda essas categorias o que ela propõe é uma política que se fundamenta na experiência existencial do humano e nas suas relações com o outro e com o mundo.

O nascimento (natalidade) como possibilidade de liberdade

Arendt fundamenta o conceito de nascimento a partir de seus estudos da obra de Santo Agostinho, sobre quem ela escreveu uma tese, e o desenvolve na obra *A condição humana*. O conceito de natalidade ocupa posição de destaque na obra arendtiana. Diferentemente da tradição filosófica que privilegia a mortalidade como característica definitiva da condição humana, Arendt propõe a natalidade como categoria política fundamental. A natalidade não se refere apenas ao fato biológico do nascimento, mas à capacidade especificamente humana de iniciar algo novo no mundo.

O fato de o homem ser capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isso, mais uma vez, só é possível porque cada homem é único, de sorte que, a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo. Desse alguém que é único pode-se dizer verdadeiramente que antes dele não havia ninguém. Se a ação, como início, corresponde ao fato do nascimento se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como um ser distinto e único entre iguais (Arendt, 2020, p. 220-221).

Arendt apresenta o homem como sendo o único que traz consigo a possibilidade de algo novo, de fornecer uma contribuição ao mundo, e, inclusive, uma ideia de mundo ao qual ele vai partilhar com os seus iguais na esfera pública. E aqui precisamos definir a esfera pública:

A praça de uma cidade não pode ser definida como tal, mas um local privado no qual dissidentes se reúnem pode ser assim considerado. Espaços públicos, em síntese, são locais de discussão e persuasão. E, para Arendt, a esfera pública da ação e da linguagem é o teatro para a manifestação das capacidades humanas, além de ser um espaço no qual as pessoas deliberam em conjunto, criando um espaço comum a partir do diálogo referente aos seus interesses mútuos, que abandonam a dimensão da individualidade para tornarem-se coletivos (Souza, 2021, p. 32).

É preciso deixar claro que o espaço público não corresponde aos locais públicos. O espaço público em Arendt é o âmbito do discurso, da ação, do agir, da linguagem e da pluralidade. O espaço público é o local comum a todas as pessoas de modo que elas possam, ao ocupá-lo, perceber que ele é agônico e que é nele que se delibera sobre os diversos tipos de assuntos de maneira conjunta e que a

individualidade é parte da esfera privada. Logo, ela não se faz presente na esfera pública.

É preciso destacar ainda que: “o espaço público para a autora é o espaço da aparência, da visibilidade e da coragem, mas, não é o espaço do amor, embora seja o espaço da amizade” (Souza, 2021, p. 32). O espaço público é agônico. Nele, as pessoas precisam saber lidar com as diferenças umas das outras, seus posicionamentos, suas escolhas e ações, de modo a acolher, respeitar e saber criticar, embora haja laços de amizade entre elas, visto que a amizade pertence a esfera pública e esta não é um local fácil de ser ocupado.

Mas, o que essas questões têm a ver com a natalidade?

Se a ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se é a condição da efetivação humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como um ser distinto e único entre iguais (Arendt, 2020, p. 221-222).

A natalidade revela-se, assim, como fundamento da ação política, enquanto capacidade de interromper processos através da iniciativa humana. A articulação entre natalidade e pluralidade é fundamental para a compreensão da liberdade política em Arendt. Pois cada nascimento introduz no mundo uma singularidade absoluta, um “quem” irrepetível, porquanto cada ser humano é único e sua unicidade faz ampliar a pluralidade existente. Esta ampliação não é meramente quantitativa, mas qualitativa: cada novo ser humano traz consigo possibilidades inéditas de ação e de discurso.

A natalidade garante que a pluralidade não seja uma condição estática, mas um processo dinâmico de renovação constante do mundo humano. Cada geração que chega ao mundo tem a possibilidade de recomeçar, de interromper os automatismos e de criar novas formas de convivência política. Dessa forma, “Na condição da natalidade, o homem é aquele que age e é impulsionado a iniciar novos começos e novas ações no mundo” (Silva; Marques, 2017, p. 31). Natalidade implica agir e começar algo novo no mundo e isso vem acompanhado da liberdade.

O mundo como espaço de aparecimento da pluralidade

O mundo é aquilo que resiste ao tempo: o conjunto de artefatos, instituições, obras e símbolos que ligam as gerações. É o ambiente em que a ação humana ganha

visibilidade e permanência. Sem mundo, não há política, pois não há palco no qual os homens possam aparecer e interagir.

A categoria de mundo não tem caráter unívoco no pensamento de Hannah Arendt no que concerne a um conceito estanque. Ao contrário, essa categoria goza de um sentido plural na medida em que assume a forma de artifício criado, para se desvincular da compreensão do que chamamos de natural (Silva, 2018, p. 381).

O mundo, enquanto construção humana e espaço compartilhado, é o lugar onde o indivíduo aparece. A liberdade não é exercida no íntimo, no âmbito privado, mas no mundo público, entre outros. É este mundo que garante permanência às ações e ao discurso.

A *vita activa*, a vida humana na medida em que está ativamente empenhada em fazer algo, está sempre enraizada em um mundo de homens ou de coisas feitas pelos homens, um mundo que ela jamais abandona ou chega a transcender completamente. As coisas e os homens constituem o ambiente de cada uma das atividades humanas, que não teriam sentido sem tal localização; e, no entanto, esse ambiente, o mundo no qual nascemos, não existiria sem a atividade humana que o produziu, como no caso de coisas fabricadas; que dele cuida, como no caso das terras de cultivo; ou que o estabeleceu por meio da organização, como no caso do corpo político. Nenhuma vida humana, nem mesmo a vida do eremita em meio à natureza selvagem, é possível sem um mundo que, direta ou indiretamente, testemunhe a presença de outros seres humanos (Arendt, 2020, p. 27).

O mundo tem conotação de localização na qual os homens se inserem através da fala, do discurso e da ação, do agir e também das coisas que são produzidas por esses homens. O mundo só tem caráter existencial se houver atividade humana, pois o mundo é fabricado pelos homens e para os homens. O mundo é a testemunha ocular da existência humana, pois os humanos deixam sua marca no mundo. E mesmo não estando mais presente nele de maneira concreta, essa marca continua a existir. Logo, o mundo é público, de acordo com Arendt.

[...] o termo “público” significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que privadamente possuímos nele. Esse mundo, contudo, não é idêntico à Terra ou à natureza, enquanto espaço limitado para o movimento dos homens e condição geral da vida orgânica. Antes, tem a ver com o artefato humano, com o que é fabricado pelas mãos humanas, assim como com os negócios realizados entre os que habitam o mundo feito pelo homem. Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que o possuem em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se assentam ao seu redor; pois, como todo

espaço-entre [*in-between*], o mundo ao mesmo tempo separa e relaciona os homens entre si (Arendt, 2020, p. 64).

Arendt separa o domínio público do domínio privado. Acerca do domínio privado temos: “O campo privado não pode ser comum aos outros, permanece particular, de modo que para Arendt, o mundo é o espaço intermediário entre os homens” (Hayden, 2020, p. 83). O domínio público é que faz relação com o mundo da pluralidade, da coletividade. Já o domínio privado é da individualidade, do âmbito familiar, de modo que ele tente a ser particular. Nele o amor tem seu espaço acolhedor, enquanto no público o sentimento que prevalece é o da amizade. Dessa forma: “o domínio público enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros, e, contudo, evita que caímos uns sobre os outros, por assim dizer” (Arendt, 2020, p. 65). O mundo é o local de encontros e difere do sentido e conceito de terra.

Hannah Arendt separa a compreensão de mundo da de terra. Para ela a terra diz respeito ao natural. O mundo, por sua vez, é o artifício criado, são as relações que os seres humanos estabelecem mediadas pela *lexis* e a *práxis* e, portanto, o palco dos negócios humanos por meio da cultura, de leis, dentre outros (Silva, 2018, p. 381-382).

É importante destacar que Arendt designa o mundo comum, ou seja, o espaço pertencente a todos e a todas que desejam ocupá-lo por meio do agir e do falar, respeitando as diferenças e levantando a bandeira que for de respeito a coletividade, ao bem comum. E mais: “o mundo comum é a aquilo que adentramos ao nascer e que deixamos para trás quando morremos” (Arendt, 2020, p. 68). O mundo é permanente. Mesmo que alguém morra, ele continua a existir. E os que nascem inauguram novas possibilidades de mundo comum. Logo, ele acaba, segundo Arendt, da seguinte maneira: “o mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só lhe permite apresentar-se em uma única perspectiva” (Arendt, 2020, p. 71). O mundo comum é constituído por todos que o fabricam, e este a todos pertence. Quando apenas um ponto de vista prevalece esse mundo tente a acabar, pois ele perdeu a ideia da pluralidade, da coletividade.

Nem sempre esse espaço existe, e embora todos os homens sejam capazes de agir e de falar, a maioria deles – o escravo, o estrangeiro e o bárbaro na Antiguidade, o trabalhador e o artesão antes da idade moderna, o empregado e o homem de negócios da atualidade – não vive nele. Além disso, nenhum homem pode viver permanentemente nesse espaço. Ser privado dele

significa ser privado da realidade que, humana e politicamente falando, é o mesmo que a aparência. Para os homens, a realidade do mundo é garantida pela presença dos outros, pelo fato de aparecerem a todos, “pois o que aparece a todos, a isso chamamos Ser”, e tudo o que deixa de ter essa aparência surge e se esvai como um sonho, íntima e exclusivamente nosso, mas desprovido de realidade (Arendt, 2020, p. 246).

Ocupar um lugar no mundo não é uma tarefa simples. Estar no mundo requer deixar a esfera privada, no sentido do que a ela compete, e ser público. A história revela que esse espaço é por vezes tomado, pois ele assegura a liberdade e com a liberdade outros direitos também precisam ser assegurados. Por esse motivo o totalitarismo fez questão de por meio de sua propaganda, isolar as pessoas e não permitir a ocupação do espaço público, o mundo comum.

Por mais agônico que seja esse espaço, e ainda que lidar com o diferente também não seja fácil, ele necessariamente precisa ser ocupado. A pluralidade humana e as diversas possibilidades de mundo precisam ser discutidas e aqueles que por vezes foram deixados de fora precisam ser inseridos, acolhidos e agregados.

A pluralidade como via da liberdade

Hannah Arendt coloca a pluralidade como eixo estruturante da vida pública e condição para a existência da política. Diferente de tradições filosóficas que buscam a unidade ou a razão universal como princípio da convivência humana, Arendt afirma que a política nasce justamente da diferença entre os homens, no mundo comum da pluralidade.

Na obra *A Condição Humana*, Arendt descreve a pluralidade como uma das condições fundamentais da vida humana. Não se trata apenas da existência de muitos, mas da existência de seres únicos que compartilham um mundo comum. A pluralidade é, para Arendt, a base da ação política, pois apenas entre diferentes é possível o diálogo, a deliberação e a construção de algo novo.

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto da igualdade e da distinção. Se não fossem iguais, os homens não poderiam compreender uns aos outros e os que vieram antes deles, nem fazer planos para o futuro, nem prever as necessidades daqueles que virão depois deles. Se não fossem distintos, sendo cada ser humano distinto de qualquer outro que é, foi ou será, não precisariam do discurso nem da ação para se fazerem compreender (Arendt, 2020, p. 217-218).

Os iguais, que são as pessoas, se reúnem cada um com suas histórias, o que os torna distintos para formar a pluralidade. Essa distinção é essencial para a pluralidade, pois ela acarreta a necessidade do discurso e da ação. Se fossem todos iguais, haveria uma monotonia e o discurso e a ação perderiam suas funções. A pluralidade precisa existir, e para isso o mundo comum precisa ser ocupado.

A esfera pública, segundo Arendt, é o lugar onde a pluralidade se manifesta e ganha sentido político. É nela que os indivíduos revelam quem são através da ação e do discurso. A ação, enquanto modo de aparecer entre iguais e diferentes, é essencial para a constituição da política.

A pluralidade, portanto, não é apenas um dado antropológico, mas uma condição da vida pública. Sem pluralidade, não há política. Arendt recupera experiências históricas como a *pólis* grega e os conselhos revolucionários para mostrar que onde há espaço para a diferença, há liberdade e ação.

Ela afirma:

Montesquieu percebeu que a principal característica da tirania é que se ela se baseia no isolamento – no isolamento do tirano em relação aos súditos, e no dos súditos entre si por meio do medo e da suspeita generalizada – e que, portanto, a tirania não era uma forma de governo como qualquer outra, mas contradizia a condição humana essencial da pluralidade, o agir e o falar em conjunto, que é a condição de todas as formas de organização política (Arendt, 2020, p. 250-251).

O isolamento é compreendido como sendo um impedimento a existência da pluralidade. Por esse motivo governos tirânicos e totalitários agem de modo a isolar as pessoas e retiram delas a ocupação do espaço público através do medo e do terror para que essas não possam exercer a política, ou seja, para que os indivíduos fiquem sem discursar e agir. Ou seja, fiquem sem a liberdade.

E no tocante a liberdade:

Com o cristianismo consolida-se a noção de que a liberdade é exercida em plena solidão, por meio das escolhas efetuadas pelo indivíduo em face das alternativas que se põem diante dele, perdendo assim qualquer relação com a pluralidade humana que constitui o âmbito político (Duarte, 2000, p. 205).

A liberdade defendida pelo cristianismo não configura uma liberdade política. A liberdade, quando ocorre no âmbito da solidão, representa uma fuga do mundo e das relações humanas, uma ausência da ocupação do espaço público. Isso ocorre porque

no cristianismo se busca um mundo fora do mundo terreno, humano, que como aqui já fora dito, é diferente de terra.

A liberdade não foi tematizada filosoficamente desde os pré-socráticos até Plotino, e só se tornou um “problema” quando estava em vias de desaparecer do mundo enquanto exercício político ativo, no caso da Antiguidade clássica, para aparecer pela primeira vez na nossa tradição filosófica na experiência da conversão religiosa de Paulo e Agostinho. Antes disso, a liberdade fora vivenciada cotidianamente no âmbito político greco-romano, por meio da ação conjunta dos homens, sendo uma manifestação pública que também não tinha a ver com o que viria a ser chamado por Epíteto, posteriormente de “liberdade interior”, aquele suposto espaço interno no qual os homens poderiam refugiar-se de um mundo hostil e que não lhes reconhecia mais qualquer lugar, escapando assim das coerções e circunstâncias adversas do mundo externo para “*sentirem-se livres*”. Nesse sentido, as experiências de uma liberdade estritamente internas são derivativas e marcam o início de um distanciamento em relação ao mundo, refletindo a própria impossibilidade de a liberdade aparecer e ser experimentada publicamente (Duarte, 2000, p. 205).

A liberdade, enquanto tema na filosofia, tem um aparecimento um tanto tardio. E quando surge, está atrelada à religiosidade, o que gera a separação entre mundos com Agostinho, um mundo terreno do qual se deve fugir e uma cidade celeste que precisa ser almejada como morada. Trata-se de uma liberdade isolada.

A liberdade, enquanto questão filosófica que só aparece com Paulo e Agostinho, não possibilita a pluralidade e conseqüentemente a política, visto que a liberdade em Arendt precisa ocorrer entre os homens, para os homens e com os homens e não no isolamento, nem numa fuga do mundo humano.

Em lugar das fronteiras e dos canais de comunicação entre os homens individuais, constrói um cinturão de ferro que os cinge de tal forma que é como se a sua pluralidade se dissolvesse em Um-Só-Homem de dimensões gigantescas. Abolir as cercas da lei entre os homens — como o faz a tirania — significa tirar dos homens os seus direitos e destruir a liberdade como realidade política viva; pois o espaço entre os homens, delimitado pelas leis, é o espaço vital da liberdade (Arendt, 2012, p. 619).

A pluralidade é via da liberdade, pois a liberdade ocorre no espaço público, entre os homens e dentro do mundo humano por eles fabricado a partir de sua natalidade, que é capaz de gerar um novo começo dentro do mundo.

Considerações Finais

Nascer, crescer, reproduzir e morrer: quem nunca ouviu ou leu isso nos livros de ciências nas escolas? Entretanto, esquecem de dizer que a vida é muito mais que isso. O nascimento implica possibilidade, é alguém que chega ao mundo para deixar uma marca, dar sua contribuição e essa precisa ser positiva, pois aquilo que deixamos para esse mundo e as gerações que nos seguirão irá de alguma forma nos eternizar, seja como alguém que valeu a pena conviver ou como alguém que não merece ser lembrado.

Arendt é muito atual e necessária na contemporaneidade. Seus escritos e ideias nos fazem refletir sobre o mundo em que vivemos, o mundo que queremos, como estamos ocupando o espaço público – e também como e por que não estamos ocupando o espaço público – e sobretudo como a pluralidade se revela dentro desse espaço. Se de fato ela existe, e se a coletividade está tendo seus direitos e liberdades assegurados. Na realidade que estamos vivenciando, não se pode dar-se ao luxo de silenciar diante de tantas injustiças e atrocidades. É preciso tentar fundar um mundo que seja mais justo, igualitário e sobretudo mais humano, para que todos possam viver em harmonia e ter garantido todos os seus direitos.

Referências

ARENDR, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

ARENDR, Hannah. **Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DUARTE, André. **O pensamento à sombra da ruptura: Política e Filosofia em Hannah Arendt**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HAYDEN, Patrick. **Hannah Arendt: conceitos fundamentais**. Petrópolis: Vozes, 2020.

SILVA, Pedro Rento Pereira da; MARQUES, Victor Hugo de Oliveira. O conceito de natalidade na obra “A condição Humana” de Hannah Arendt. **Revista Filosófica São Boaventura**, Curitiba, v. 11, n. 1, p. 21-39, jan./jun. 2017

SILVA, Ricardo George de Araújo. A questão dos refugiados e a ideia de pertencimento ao mundo em Hannah Arendt. **Philosophos**, Goiânia, v. 23, n. 1, p. 377-414/2018.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Hannah Arendt: política e totalitarismo**. São Paulo: Ideias e Letras, 2021.

Recebido: 07/12/2025

Aprovado: 12/12/2025